

22/3 é Dia Nacional de luta contra a Reforma da Previdência.

Vamos defender nossa aposentadoria

As centrais sindicais, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo estão convocando os trabalhadores de todo país para o **Dia Nacional de Lutas, Protestos e Paralisações contra a Reforma da Previdência**, marcado para 22 de março. Na cidade de São Paulo, está sendo organizada uma grande manifestação no vão livre do MASP, na Av. Paulista, a partir das 17h. O Fórum das Seis indica a adesão às atividades deste dia, que devem ocorrer na maior parte dos municípios.

A manifestação do dia 22 é parte de uma agenda de ações rumo à construção de uma greve geral, com data a ser definida.

Em 2017, a paralisação de mais de 40 milhões de trabalhadores impediu que fossem feitas mudanças nas regras de aposentadoria naquele ano. Com o slogan **“A Previdência é de todos! Sem garantias no presente, não há futuro”**, a campanha das centrais alerta para o fato de que, em 2019, a mobilização volta a ser o único caminho para barrar a reforma que ameaça o futuro da classe trabalhadora e de toda a população brasileira.

As medidas do governo Bolsonaro, encaminhadas ao Congresso Nacional, estão na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 6/2019. Longe de combater “privilégios”, o texto se ancora na retirada de direitos, no aumento das desigualdades e na restrição de acesso à aposentadoria. A PEC 6/2019 unifica as aposentadorias pelo INSS com a dos regimes próprios dos servidores públicos. Chama a atenção o “esquecimento” em relação à aposentadoria dos políticos e militares das Forças Armadas.

A PEC 6/2019 traz embutido um mecanismo que autoriza a aprovação de futuras mudanças nas regras da aposentadoria por meio de leis complementares, que exigem maioria simples para a aprovação. No caso de uma PEC, é preciso maioria qualificada de três quintos para aprovação. Com o uso de leis complementares, o governo poderia fazer novas alterações a qualquer momento, por fora da Constituição, mexendo na idade mínima, tempo de contribuição, limites de benefícios, alterações nas regras de transição, entre outras. Inclui uma proposta

de capitalização (cada trabalhador contribui para o sistema privado para ter sua aposentadoria no futuro) viria por lei complementar.

Caso seja aprovada a “Nova Previdência”, como tem chamado o governo, ficará praticamente impossível acessar o direito de aposentadoria. Pelas regras da proposta, tanto a idade mínima quanto o tempo de contribuição irão aumentar, desconsiderando a expectativa de vida dos moradores de diversas regiões do país.

Vamos à luta para barrá-la!!!

